

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Recalcule a rota

Difícilmente haverá uma solução para os problemas de Lira nos próximos dois dias. Enquanto aguarda a resposta do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre as emendas, aproveita para inaugurar obras e mandar seus recados. “Nunca gero expectativas na vida. Quem planta o bem, colhe o bem. Trabalho 24 horas. Quem não trabalha, não colhe nada”, discursou, neste fim de semana, no interior de Alagoas. É para Alagoas que o presidente da Câmara dedicará sua atenção em 2025. Afinal, espremido entre o clã do senador Renan Calheiros, do MDB, e o prefeito reeleito, João Henrique Caldas — o JHC —, precisará trabalhar muito para manter seu espaço para buscar um mandato para o Senado, em 2026.

Sem fulanizar

Nos últimos dias, aliados de Lira repetiram aos quatro ventos que ele não fez nada sozinho. Sempre agiu de acordo com o desejo dos líderes partidários no quesito Orçamento da União.

Fulanizem

Ao fazer um balanço de 2024, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, sempre ressalta a taxa de aprovação de projetos do governo. E salienta que tudo se deu graças à capacidade de diálogo de Lula e do governo. Aliás, esse diálogo será um ativo que o Palácio do Planalto pretende destacar como inerente ao presidente rumo a 2026.

Enquanto isso, no União Brasil...

O partido do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, entra 2025 para lá de dividido. Um grupo quer se aproximar de Lula e a turma mais próxima a Caiado quer usar os recursos da legenda para dar mais visibilidade ao potencial do governador para concorrer ao Planalto. A escolha do líder, em fevereiro, será um divisor de águas.

Embaixadas na penúria

O governo brasileiro quitou suas dívidas com organismos internacionais, mas terá dificuldades em pagar as contas de algumas embaixadas mundo afora. Já tem embaixador desabafando com amigos sobre a necessidade de arcar com despesas do próprio bolso para não passar por constrangimentos como ter a água ou a luz cortados.

Lira desprezou oportunidades

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fecha o ano em dificuldades, apesar das vitórias que conquistou. Seja no plano estadual, seja no nacional, nada indica que a vida de Lira será fácil rumo a 2026. No plano federal, está arriscado a perder a batalha das emendas, ainda que tente uma aproximação com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No plano estadual, perdeu uma oportunidade de se aproximar do MDB ao não levar a sério a candidatura do líder do partido, Isnaldo Bulhões, para presidir a Câmara e manter o Poder Legislativo — o terceiro na linha de sucessão da Presidência da República — sob a batuta de Alagoas, seu berço político.



CURTIDAS

Olho nela/ Não é só Lira e Dino que passam a última semana do ano trabalhando. A governadora Celina Leão (PP) aproveitou o período para abrir fogo contra o decreto de Lula sobre segurança pública: “Foi um presente de mau gosto e desrespeito para com os governadores. E sem a presença do fórum dos secretários de segurança pública”.

Reprodução/Facebook



Olho nele/ O prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (JHC, foto), entrará 2025 com o leque de opções aberto. Pode escolher entre continuar no cargo, preparar uma candidatura ao Senado ou ao governo estadual com chances reais para daqui a um ano e meio. Poucos têm essa situação. Se souber jogar, se cacifa para tornar-se um grande player na política alagoana.

Alta ansiedade/ Neste último domingo do ano, os líderes partidários estão atentos ao telefone. Todos à espera da resposta de Dino sobre os R\$ 4,2 bilhões em emendas suspensas. A alguns Dino, disse que a resposta a este tema tão “complexo” sai hoje ou amanhã.

E a bomba, hein?/ Policiais não acharam explosivos com o homem que ameaçava explodir a Polícia Militar e a Polícia Federal. Mas depois do episódio daquele cidadão que jogou explosivos na frente do STF, nenhum gesto suspeito será desprezado.

OBITUÁRIO

Além da longa permanência à frente da Advocacia-Geral da União, jurista chefiou o Ministério da Defesa no governo Fernando Henrique

Geraldo Quintão, ex-AGU, 89 anos

» VICTOR CORREIA

O ex-advogado-geral da União e ex-ministro da Defesa Geraldo Quintão morreu ontem aos 89 anos. O anúncio foi feito pela Advocacia-Geral da União (AGU), em nota assinada pelo chefe da pasta, Jorge Messias. A causa do óbito não foi informado.

Advogado de formação, Quintão foi o terceiro chefe da AGU, instituição criada em 1993. Os dois primeiros ficaram poucos meses no cargo e ele assumiu em julho do mesmo ano, ainda no governo do então presidente Itamar Franco. Chefiou a AGU por sete anos, até janeiro de 2000, quando foi convidado para ser ministro da Defesa no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso — posição que ocupou até o final do governo, em 2003. Ele também foi o mais longo AGU.



Grande advogado e jurista brasileiro. Tive a honra de trabalhar ao seu lado, quando era secretário de Assuntos Jurídicos no governo FHC, e depois sucedê-lo como advogado-geral da União”

Postagem do ministro Gilmar Mendes, do STF, que sucedeu Geraldo Quintão à frente da AGU

“O dr. Geraldo Quintão dedicou sua trajetória à advocacia pública e ao Brasil, deixando um legado de inestimável valor, pautado na competência, na ética e no comprometimento com o bem público. Durante sua atuação como advogado-geral da União, foi fundamental para a afirmação da AGU como uma instituição essencial na defesa do Estado e da sociedade brasileira, sempre guiado por princípios de justiça e responsabilidade”, lembrou Jorge Messias.

O atual AGU também elogiou a atuação de Quintão à frente do Ministério da Defesa, afirmando que ele deixou um legado de diálogo, equilíbrio e defesa dos valores democráticos. “Seu modelo de liderança e empenho continuará a motivar as futuras gerações de advogados públicos”, acrescenta a nota de Messias.

O decano do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar

Acervo pessoal



Quintão foi o terceiro nome à frente da AGU, ainda no governo Itamar

Mendes — que sucedeu Quintão na AGU — também lamentou a morte. “Grande advogado e jurista brasileiro. Tive a honra de trabalhar ao seu lado, quando era secretário de Assuntos Jurídicos no governo FHC, e depois sucedê-lo

como advogado-geral da União”, publicou em rede social.

Quintão nasceu em Caeté (MG), em 1935. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Universidade de São Paulo (USP) em 1961 e trabalhou no Banco do

Brasil entre 1963 e 1993 — onde chefiou a Consultoria Jurídica Geral da instituição. À frente da AGU, Quintão aplicou preceitos da advocacia privada para diminuir a crescente dívida do governo federal em disputas judiciais. Um destaque de sua atuação foi nas privatizações de estatais no governo FHC, quando mais de 80 empresas públicas passaram à iniciativa privada para tentar diminuir a dívida pública.

Em 2000, no segundo mandato de FHC, Quintão substituiu Elcio Álvares à frente do Ministério da Defesa, demitido após uma série de desgastes. A escolha foi recebida com surpresa, pois o então AGU não estava dentre os cotados para assumir a pasta.

O começo de sua atuação foi polêmico, pois pouco antes dera parecer favorável à venda de parcela da Embraer para a França, transação então contestada pela Aeronáutica. Quintão também era investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) pelo uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) por motivos pessoais.

À frente da Defesa, Quintão manteve um perfil discreto, mas foi criticado por cortes no orçamento das Forças Armadas feitos pelo governo federal. Saiu ao fim do governo FHC, em 1º de janeiro de 2003, e deixou a vida pública.

JUDICIÁRIO

Silveira continua preso e Moraes critica advogados: má-fé

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou, ontem, um novo pedido de soltura feito pela defesa do ex-deputado federal Daniel Silveira. Para o magistrado, a defesa do ex-parlamentar bolsonarista — continuará a cumprir pena em regime fechado, onde está desde 24 de dezembro, depois de ter descumprido regras para a liberdade condicional — agiu de “absoluta

má-fé ou (com) lamentável desconhecimento da legislação processual”.

No pedido, os advogados de Silveira argumentaram que as medidas estabelecidas por Moraes para a liberdade condicional foram “ambíguas”. Disse-ram também ter entendido que Silveira poderia circular livremente nos sábados, domingos e feriados, apenas com a obrigação de permanecer em casa entre 22h e 6h.

Moraes, porém, desconsiderou a argumentação dos advogados. “Somente absoluta má-fé ou lamentável desconhecimento da legislação processual penal podem justificar as alegações da defesa”, frisou o ministro na decisão. O magistrado afirmou, ainda, que a medida restritiva era clara, com “proibição de ausentar-se da comarca e obrigação de recolher-se à residência no período noturno, das 22h às 6h,

bem como nos sábados, domingos e feriados”.

Dessa forma, Silveira poderia circular apenas nos dias úteis e entre 6h e 22h. O ministro afirmou, ainda, que a mesma restrição foi determinada em mais de 1.100 casos relacionados aos crimes cometidos na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 — e teria sido respeitada pelos condenados “sem qualquer confusão de entendimento”.

Restrições

Outras restrições que deveriam ser seguidas por Silveira eram o uso de tornozeleira eletrônica, proibição de se comunicar com outros investigados em ações sobre atos golpistas, restrição de usar redes sociais e aplicativos de mensagens e impossibilidade de deixar o município de Petrópolis (RJ). O STF também investiga se outras regras foram violadas pelo ex-parlamentar. No pedido de soltura, a defesa

de Silveira chegou a ironizar a decisão de Moraes por supostos erros de português e disse que “faltou bom senso, sobrou má-fé” por parte do ministro. Segundo dados do monitoramento da tornozeleira eletrônica, o ex-parlamentar passou 10 horas na rua em Petrópolis, sendo mais de uma hora em um shopping, além de visitas a outros oito endereços. O registro contradiz a explicação inicial de Silveira, de que fora a um hospital devido a uma crise renal. (VC)